

RESPONSABILIDADE PENAL E RESPONSABILIDADE POLÍTICA

Criminal responsibility and political responsibility

Maria Fernanda Palma

Palavras-chave: responsabilidade criminal – responsabilidade política – princípios de direito penal – representação democrática

Resumo: O presente artigo investiga a articulação entre a responsabilidade penal e a responsabilidade política, no contexto do Estado de Direito democrático. Incide, concretamente, sobre os fundamentos constitucionais das duas espécies de responsabilidade, sobre a análise dos modos de articulação das sanções políticas com as sanções penais e sobre a delimitação entre si dos dois tipos de responsabilidade feita a partir da consideração dos critérios materiais que orientam a criminalização de condutas e a concreta responsabilização política, e dos mecanismos processuais que concretizam essa delimitação.

Keywords: Criminal responsibility – Political responsibility – Principles of criminal law – Democratic representation

Abstract: This paper looks into the articulation between criminal responsibility and political responsibility with the democratic Rule of Law as background. It focuses on the constitutional basis for both kinds of responsibility, on the analysis of the articulation between political and criminal specific kinds of punishment and on the way both constitutional criteria for criminalization and concrete political responsibility, on the one hand, and procedural mechanisms, on the other, materialize the separation and interplay between criminal and political responsibility.

O CRIME DE PREVARICAÇÃO, NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE CRIMINAL DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS

The crime of misconduct in public office, placed in the context of the criminal responsibility of political office holders

Sílvia Marques Alves

Palavras-chave: prevaricação – responsabilidade criminal e responsabilidade política – crimes da responsabilidade de titulares de cargos políticos

Resumo: No presente trabalho, pretendemos reflectir sobre o crime de prevaricação, previsto no artigo 11.º, da Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, relativa aos crimes da responsabilidade de titulares de cargos políticos. Após uma contextualização deste crime específico próprio, no âmbito do desenvolvimento da responsabilidade penal política, é trilhado um breve percurso histórico explicativo da origem e da evolução conducente à consagração do tipo legal incriminador. Entrando na exegese da norma criminal, sob a perspectiva orientadora da protecção do bem jurídico que a fundamenta, analisam-se os elementos constitutivos do tipo legal e as suas características particulares, em sede das formas especiais de cometimento do crime – sob a forma tentada, em comparticipação e em concurso com outras infracções – procedendo-se ainda à distinção entre este tipo legal e o que consagra a denegação de justiça. Para finalizar,

ANATOMIA DO CRIME | ANATOMY OF CRIME

apresenta-se uma síntese conclusiva, aludindo-se à preferência, de *iure condendo*, por um tipo legal mais abrangente, que correspondesse a uma tutela mais densa do bem jurídico envolvido: a realização da justiça, no exercício da actividade pública confiada aos tulares de cargos políticos.

Keywords: misconduct in public office – criminal responsibility and political responsibility – criminal responsibility of political office holders.

Abstract: In this paper, we intend to reflect on the crime of misconduct in public office, prescribed under article of Law no. 34/87, governing the criminal responsibility of political office holders. After placing this special criminal provision in the broader context of the development of political criminal responsibility, we present a brief explanation of the historical background of the origin and the evolution leading to the creation of this legal type of crime. Approaching the criminal provision exegesis, under the guiding perspective of the protection of juridical interests underlying it, we analyse the elements of the legal type and its particular characteristics, regarding special forms of commission of the crime, – the attempt; the participation and the concurrence with other crimes – distinguishing it from the criminal provision of denial of justice. Finally, we present a concluding summary, mentioning the preference, *de iure condendo*, for a more comprehensive criminal provision, with correspondence to a stronger protection of the legal interest involved: the achievement of justice in the exercise of public activity entrusted to political office holders.

ENTRE O CIDADÃO E O INIMIGO – NOVAS TENDÊNCIAS DO COMBATE AO TERRORISMO

Between the citizen and the enemy – new trends in the fight against terrorism

Gonçalo Bargado Nuno Igreja Matos

Palavras-chave: Direito Penal do inimigo – populismo punitivo – terrorismo – crimes de perigo abstracto

Resumo: O Direito Penal contemporâneo enfrenta uma crise identitária. Nomeado por alguns como o período de transição do Direito Penal moderno, o sistema penal encontra-se numa encruzilhada entre a conservação dogmática e o pragmatismo, que desafia a vigência dos seus próprios fundamentos clássicos. Alicerçada num discurso securitário, próximo do Direito Penal do Inimigo, a mudança de paradigma que aqui se visa documentar conhece o seu apogeu nos denominados “crimes contra o terrorismo”. Identificando as raízes deste fenómeno, o presente trabalho conjuga uma análise ao pensamento securitário com uma aproximação às respectivas técnicas legislativas, caracterizadas por uma grande antecipação da punição e vagueza na fundamentação da sua dignidade penal – em particular, os crimes de perigo abstracto e a referência ao bem jurídico “paz/ordem pública”. Proceder-se a um exame destes elementos caracterizadores de modo a potenciar uma crítica fundada às recentes incriminações que o legislador penal introduziu no ordenamento jurídico português através da Lei n.º 60/2015, de 24 de Junho.

Keywords: enemy Criminal Law – punitive populism – terrorism – crimes of abstract danger

Abstract: Criminal law faces an identity crisis. By some referred to as a period of transition of modern criminal law, the criminal system is at a crossroad between dogmatism and pragmatism. This challenges the validity and application of its own classic principles. On the basis of security, similar to the enemy criminal law, the changing paradigm here documented is evident in the crimes against terrorism. While identifying the foundations of this phenomenon, the present work binds an analysis based on the doctrines of security with an approach to the legislative techniques. These techniques are characterized by a great anticipation of the punishment and by an unclear punitive dignity – in particular, the crimes of abstract danger and the

reference to the “public order” as the legally protected interest. The paper proceeds to an exam of these characterizing elements in order to potentiate a well-grounded critique to the new incriminations that the criminal legislator introduced in the portuguese juridical system with the Law n.º 60/2015.

O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E O PROPÓSITO COMUM: QUE TIPO DE CONTRIBUIÇÃO É REQUERIDA NO ARTIGO 25 (3)(d) DO ESTATUTO DE ROMA?

The International Criminal Court and the Common Purpose: Which Kind of Contribution does Article 25(3)(d) of the Rome Statute Require?

Kai Ambos

Resumo: O artigo 25(3)(d) do Estatuto de Roma não tem sido objeto de debates académicos ou jurisprudenciais. Todavia, os poucos autores que tentaram dar sentido a essa disposição têm-se deparado com sérios problemas ao fazê-lo, razão pela qual têm sido merecedores de fortes críticas. O presente trabalho não pretende abarcar todos os problemas do artigo 25(3)(d), concentrando-se, depois de algumas observações preliminares, na qualidade ou natureza da contribuição exigida por esta norma. Outros aspetos relacionados com este artigo serão tratados na medida em que sejam relevantes para o problema em causa.

THE ICC DECISIONS ON PERPETRATION THROUGH AN ORGANIZATION: A NEW FORM OF ACTIVE RESPONSIBILITY OF THE SUPERIOR?

Helena Morão

Keywords: ICC – perpetration through an organization – superior responsibility

Abstract: The recent decisions of the ICC referring to the theory of control over an organization have been interpreted in the sense of an acceptance of indirect perpetration through organized apparatuses of power and an innovative development of indirect co-perpetration on the same basis of imputation. However, analysis of the case law rendered so far does not allow for such a conclusion to be drawn. That would imply, more than a mere allusion to or inspiration drawn from that doctrine, an effective proof of its requirements in each case or a justified, critical and demonstrated replacement of those elements by others, and a clear and consequent definition in relation to the remaining forms of participation, which has not happened. Those same court decisions allow, however, for an alternative reading, which is that what we are seeing here, with an appeal to a weakened version of control over an organization, is the creation of an active mode of liability of the superior, in line with the principle of legality and suited to the application of the Rome Statute.

A SAÚDE HUMANA COMO BEM JURÍDICO-PENAL E OS CRIMES CONTRA A SAÚDE NO DIREITO

ANATOMIA DO CRIME | ANATOMY OF CRIME

PORTUGUÊS

Human health as criminal law interest and the crimes against health in Portuguese Law

Augusto Silva Dias

Palavras-chave: saúde humana – bem jurídico – intervenções médico-cirúrgicas – ofensas à integridade física – crimes de perigo comum

Resumo: A saúde humana, quer como direito fundamental, quer como bem jurídico, apresenta modalidades diversas cuja caracterização é indispensável para a compreensão das respectivas formas de protecção jurídico-penal. O presente estudo ocupa-se daquela caracterização e desta compreensão tendo como pano de fundo a actividade médica. Nele procura esclarecer-se o sentido dos bens jurídicos protegidos, o alcance dos tipos de crime de ofensa à integridade física, a relevância da insignificância da lesão e da adequação social na delimitação dos comportamentos típicos, e o recorte do ilícito típico dos crimes de perigo comum relacionados com a protecção a saúde.

Keywords: health of human beings – legal interests – medical interventions and surgery – crimes against bodily integrity – crimes of common danger

Abstract: The health of human beings, both as a fundamental right and as a legal interest, takes different forms, which must be characterized in order to understand the respective means of criminal protection. This study is concerned with this characterization and understanding, taking medical activity as its backdrop. The aim is to clarify the meaning of protected legal interests, the reach of the crimes against bodily integrity, the relevance of the insignificance of the harm and of social adequacy in drawing the boundaries of criminal behaviours, and the focus of the wrongdoing typical of crimes of common danger related with the protection of health.

A REGULAÇÃO FINANCEIRA, O DIREITO PENAL E A UTILIZAÇÃO EM PROCESSO PENAL DAS PROVAS PRODUZIDAS POR AUTORIDADES REGULADORAS FINANCEIRAS

Financial Sector Regulation, Criminal Law and the Passage of Evidence Between the Punitive Administrative Proceedings and the Criminal Proceedings

Paulo de Sousa Mendes

Palavras-chave: abuso de mercado – contraordenação – crime, regulação e supervisão financeiras

Resumo: Na generalidade dos países, cabe às respetivas autoridades reguladoras dos mercados financeiros investigar e punir o abuso de mercado. Nos ordenamentos jurídicos nacionais em que certas formas graves de abuso de mercado são cominadas com penas criminais, a circulação das provas entre o processo administrativo sancionador (ou contraordenacional) e o processo penal constitui uma ameaça às garantias de defesa, à luz do princípio *nemo tenetur se ipsum accusare*, se estiver em causa a aquisição de provas que o próprio Ministério Público não poderia adquirir originariamente, com base nos meios de obtenção de prova disponíveis no processo penal. Mas a comunicação precoce da suspeita de crime também poderá fazer perigar a própria investigação criminal, designadamente se o Ministério Público não possuir os instrumentos técnicos de monitorização dos mercados financeiros e a experiência necessária para analisar matérias cuja complexidade somente está ao alcance de especialistas. O presente artigo procura perceber, à luz do direito comparado, as soluções encontradas para resolver a tensão entre as necessidades da

ANATOMIA DO CRIME | ANATOMY OF CRIME

investigação criminal e as garantias de defesa neste âmbito.

Keywords: market abuse – administrative offence – crime, regulation and supervision of the financial sector

Abstract: In most countries, the financial market regulatory authorities are responsible for the investigation and prosecution of market abuse. In those countries whose national legal systems provide for criminal liability on certain serious forms of market abuse, the passage of evidence between the punitive administrative proceedings and the criminal proceedings poses a threat to the guarantees of defence according to the principle *nemo tenetur se ipsum accusare*, whenever the gathering of evidence, which the Public Prosecutor's Office could not obtain at first hand employing his own powers, is at stake. At the same time, the early communication of the suspicion of a crime may threaten the criminal investigation itself, in particular if the Public Prosecutor's Office does not possess the instruments in order to monitor the financial markets, nor the necessary experience to analyse issues the complexity of which is within reach of experts only. The present paper aims to elucidate the solutions that have been found in the quest of resolving the tension between the needs of the criminal investigation and the guarantees of defence in this context.

UMA SEMÂNTICA PARA OS TERMOS NORMATIVOS

A semantics for normative terms

Ricardo Tavares da Silva

Palavras-chave: termos normativos – termos modais – necessidade normativa – condição necessária – bem – antecedencialismo – ausência de alternativa

Resumo: Quando dizemos que 'Deve-se (é obrigatório) respeitar a dignidade das pessoas' ou que 'Não se deve (é proibido) matar', por exemplo, estamos a querer dizer que 'É necessário respeitar a dignidade das pessoas' e que 'É necessário não-matar', respectivamente. Mas há algo estranho em dizer que há necessidade em respeitar a dignidade das pessoas ou em não-matar, se o termo 'necessidade' for entendido em sentido modal. Por isso, há que distinguir o ser necessário sem mais, incondicional (por exemplo: é necessário que Sócrates seja humano, ponto), do ser necessário para, condicional (por exemplo: é necessário que Sócrates seja humano para que seja filósofo). A normatividade tem que ver com este último caso, não com o primeiro: é preciso respeitar a dignidade das pessoas e é preciso não matar para que se realize o bem.

Keywords: normative terms – modal terms – normative necessity – necessary condition – good – antecedentialism – lack of alternative

Abstract: To say 'We must (it is obligatory to) respect one's dignity' or 'We mustn't (it is forbidden to) kill', for instance, is to say 'It is necessary to respect one's dignity' and 'It is necessary not to kill', respectively. But, if 'necessity' is to be understood as a modal concept, there's something wrong with being necessary to respect one's dignity or not to kill. Therefore, being necessary straightforward, an unconditional concept (Socrates being necessarily human, for instance), has to be distinguished from being necessary to, a conditional concept (being necessary Socrates to be human in order to be a philosopher, for instance). Normativity has to do with this second case, not with the first one: it is necessary to respect one's dignity and it is necessary not to kill in order to exist the good.

O QUARTO DE LOCKE E A CULPA PENAL: BREVES REFLEXÕES SOBRE LIBERDADE, DETERMINISMO E RESPONSABILIDADE

Locke's room and criminal guilt: brief reflections on freedom, determinism and responsibility

Wagner Marteleto Filho

Palavras-chave: culpa – determinismo – indeterminismo – compatibilismo – liberdade, responsabilidade – livre arbítrio

Resumo: O presente artigo tem por escopo investigar a possibilidade da responsabilidade subjetiva em cenários internos e externos determinísticos e, em especial a legitimidade de se manter o sistema penal fundado na ideia de culpa.

Keywords: guilt – determinism – indeterminism – compatibilism – freedom – responsibility – freewill

Abstract: This paper aims to investigate the possibility of subjective responsibility in internal and external deterministic scenarios and, in particular, the legitimacy of maintaining the criminal system based on the idea of guilt.